



ATA N.º 13/XIII-1º/2021-22

1 - Aos vinte e nove dias do mês de abril de dois mil e dois mil e vinte e dois, pelas 21H15 no Auditório da Escola do Monte de Caparica, sito na rua 25 de Abril, no Monte de Caparica, realizou-se a terceira reunião da Sessão Ordinária referente ao mês de abril da Assembleia Municipal, com a seguinte agenda:

1 - Período de Intervenção dos Cidadãos

3 - Período da Ordem do Dia Continuação (3)

3.3 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “1ª Alteração Modificativa do Orçamento de 2022 e anos seguintes dos SMAS”;

3.5 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Contrato de Delegação de competências do Município de Almada nos diretores de Agrupamentos de Escolas e de Escolas não Agrupadas de Almada no âmbito da transferência de competências da Educação”;

3.6 - Apreciação da Informação da Presidente da Câmara Acerca da Atividade Municipal;

3.7 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Designação dos membros de Júri para procedimento concursal para provimento de cargo de Diretor Delegado dos SMAS”;

3.8 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Estratégia Municipal “Almada Município sem SIDA”;

3.9 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Prorrogação do prazo de vigência da ORU de Almada Velha, por um período de cinco anos”;

3.10 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Prorrogação do prazo de vigência da ORU da Trafaria, por um período de cinco anos”;

3.11 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Reabilitação Urbana e Recuperação de Imóveis. Relatório de Monitorização da ORU da Costa da Caparica”;

3.12 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Contrato-Programa Wemob, S.A. 2022”;

3.13 – Apreciação e votação da Proposta do Grupo Municipal do Partido CHEGA de inscrição do Deputado Municipal na 6ª Comissão Permanente Transportes Mobilidade e Acessibilidades.

2 – Instalou-se a Mesa constituída pelo Presidente José Joaquim Leitão e pelo 1º Secretário Paulo Viegas.

3 - Fez-se a chamada dos/as Senhores/as Deputados Municipais e foi verificado o quórum.

José Joaquim Machado Courinha Leitão (PS); João Luís Serranho Frazão Couvaneiro (PS); Ivan da Costa Gonçalves (PS); Sérgio Cantante Faria de Bastos (PS); Henrique Alexandre Margarido de Almeida (PS); Paulo Filipe Pereira Viegas (PS); André Macedo Soares Ferreira (PS); Marta Ferreira Cortez dos Santos (PS); Pedro Miguel Dias Rodrigues Pereira (PS); Ivo Filipe Esteves de Almeida (PS); Maria Rita Pereira Peixoto de Magalhães (CDU); João Eduardo Alves de Moura Galdes (CDU); Ana Luísa Abílio Rodrigues de Carvalho (CDU); Vasco Ramiro Rodrigues Gonçalves (CDU); Sónia Tchissolle Pires da Silva (CDU); Beatriz Leal da Silva Brandão Ferreira (PSD); José António Espírito Santo Rocha (BE); Karim Hassan Quintino (BE); João Pedro Guterres Peixoto Pereira (CHEGA); Nuno Alexandre Oliveira Mendes (CHEGA); Margarida Ramires Paulos (PAN); António Pedro Rodrigues do Livramento Maco (CDS-PP); Maria de Assis Beiramar Lopes de Almeida (PS); Sandra Cristina Pereira Mascarenhas Vieira Chaiça (PS); Pedro Miguel de Amorim Matias (PS).

4 - Nos termos e para os efeitos do nº 3, do artigo 40º, do Regimento da Assembleia, registaram-se os seguintes procedimentos:



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

4.1 – Do Senhor Presidente procedendo ao anúncio das comunicações dos/as Senhores/as Deputados/as Ana Margarida Machado da Silva Lourenço (PS), Daniel Alexandre Teixeira Salgueiro da Silva (PS), Ana Paula Alves da Silva (PS), Bruno Ramos Dias (CDU), José Alberto Azevedo Lourenço (CDU), Joaquim Estevão Miguel Judas (CDU), Luis Daniel Valverde Jacinto (CDU), Maria Amélia de Jesus Pardal (CDU), António Francisco Salgueiro (PSD), Paula Maria de Oliveira Salvador Dias Coelho Galvão (PSD), Inês Pezarat Bom (BE), manifestando a impossibilidade de estarem presentes e solicitando a sua substituição.

4.1.1 - Nos termos legais e regimentais aplicáveis tomaram posse os/as eleitos/as Olga Natália Maia Mariano, Pedro Manuel Branca Lêdo (PS), José António Lino Craveiro por impedimento dos/as Senhores/as Luísa Maria Freire Galvão e Catarina Isabel Garcia Paulino; António Paulo Júnior (CDU); Paula Cristina Loureiro Coelho (CDU) por impedimento dos/as Senhores/as de Andreia Sofia Egas, António Abrantes de Almeida, José Manuel Raposo Gonçalves, Eva Sofia Borges de Araújo Gomes; António Manuel Cardoso Pombeiro, António José Olaio da Silva, Maria Teresa Morato Silva Rodrigues Cardinho, Ricardo Antunes Rodrigues Martins Carneiro e Beatriz Pé-Curto Mendes (CDU); Luís Pedro Amado Pinto Durão (PSD); Paulo Alexandre Ribeiro Sabino por impedimento da Senhora Sónia Raquel Mota Faria; Pedro Miguel Celestino Pereira (BE):

4.1.2 – o Senhor Presidente da Junta da União de Freguesias de Laranjeiro e Feijó, Luís Filipe Almeida Palma; solicitou a sua substituição pelo eleito Armando Martins Gonçalves; o Senhor Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica solicitou a sua substituição pela eleita Maura Silva Guerreiro.

4.2 - Feitas as substituições ao abrigo das disposições legais e regimentais, não foram substituídos/as os/as Senhores/as Deputados Municipais Joaquim Estevão Miguel Judas (CDU), Luís Daniel Valverde Jacinto (CDU) e Maria Amélia de Jesus Pardal.

4.3- O Senhor Presidente comunicou ainda à Assembleia, tendo em conta a informação da Câmara Municipal a presença dos/as Senhores/as Vereadoras Jorge Álvaro Sintra, Jorge Guilherme Ferreira, Tiago David Galveia em substituição da Senhora Vereadora Maria das Dores Marques Banheiro Meira e Mara Rita Silva Martins em substituição do Senhor Vereador António José de Sousa Matos.

5 - Foi declarado aberto o Período de Intervenção dos Cidadãos.

5.1 - Usaram da palavra as Senhoras Múncipes Ana Maria dos Santos.

5.1.1 – Senhora Múncipe Ana Maria dos Santos:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Há quase um ano que os canos da água quente da minha que não funcionam, estão furados ou rebentados, e ando a tomar banho como antigamente, a aquecer a água e a lavar-me com púcaros. Acho que isso já é mais do que ultrapassado, sinto-me cansada. Fui operada a um ombro, não posso andar com panelas de água quente para a casa de banho, assim com outras coisas que acontecem. Os vidros da porta do prédio estão partidos. A minhas janelas não trancam, têm que ter trancas de madeira e outras coisas mais que se passam. Mas para mim principalmente é a água, é fundamental, porque eu para tomar banho tenho que aquecer a água em panelas porque senão a água sai pela parede. A minha morada é rua Almada Negreiros, nº 38 – 1ª B.”

5.2 - Em resposta aos Senhores Múncipes, prestando esclarecimentos e informações, usou da palavra a Senhora Presidente da Câmara Municipal e o Senhor Vereador Filipe Pacheco;

5.2.1 – A Senhora presidente da Câmara Municipal:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Eu vou pedir à Senhora Múncipe Ana Maria Santos, para depois falar aqui com o Senhor Vereador Filipe Pacheco, em particular, para percebermos exatamente há quanto tempo fez o pedido, porque é que ainda não foi possível resolver o seu problema, porque o Senhor Vereador está neste momento a pedir informações.”

5.2.2 – O Senhor Vereador Filipe Pacheco:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;



A Senhora Múncipe Ana Maria Santos, o problema em particular na sua habitação já está identificado, nós neste momento temos aberta uma empreitada de pequenas reparações no valor de cerca 700.000.00€ (setecentos mil euros), estamos a todo o momento, em permanência dezassete frentes de obra diferentes, a todo momento. Ou seja, isto para dizer que, estamos a ir a muitas casas, mas não conseguimos ir a todas. A sua casa em concreto está identificada, é uma rutura na canalização, como eu penso que disse, salvo erro quando abre a água quente, inunda a vizinha de baixo, isso está identificado. Portanto, neste período não podido usar a água quente, isso está identificado, está identificado até como uma situação urgente. Portanto, a todo o momento nós contamos fazer essa reparação, está identificada e está prevista ser feita, nós não conseguimos é fazer todas a todo o momento e, portanto, não lhe consigo dar já uma data, mas consigo lhe dizer que está identificada e vamos fazer essa reparação.”

6 - Foi declarado aberto o Período da Ordem do Dia.

6.1 – Entrou-se no ponto 3.3 da agenda, relativo à apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “1ª Alteração Modificativa do Orçamento de 2022 e anos seguintes dos SMAS”;

6.1.2 – Para apresentar a proposta usou da palavra o Senhor Vereador José Pedro Ribeiro;

6.1.3 – O Senhor Vereador José Pedro Ribeiro:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Esta proposta é muito simples, já foi entregue e distribuída, aquilo que pretendemos é reforçar a integração do Saldo de Gerência em 720.000.00€ (setecentos e vinte mil euros) para reforço das rubricas de despesa corrente conforme mapa anexo à proposta.

É uma proposta muito simples e estarei disponível para qualquer esclarecimento.”

6.1.4 – Não havendo pedidos de palavra e verificado o quórum passou-se à votação, sendo a proposta aprovada por maioria, com 21 votos a favor, sendo 16 dos eleitos do Grupo Municipal do PS incluindo do Senhor Presidente de Junta de Freguesia e do Senhor Presidente de Junta de União de Freguesias que o integram, 3 dos eleitos do Grupo Municipal do PSD, 1 do eleito do PAN, 1 do eleito do CDS-PP; 8 votos contra dos eleitos do Grupo Municipal da CDU incluindo o Senhor Presidente de Junta de União de Freguesias de Laranjeiro Feijó que o integra e 5 abstenções sendo 3 dos eleitos do Grupo Municipal do BE e 2 dos eleitos do Grupo Municipal do CHEGA através da seguinte:

DELIBERAÇÃO

A Assembleia Municipal de Almada aprova a 1ª Alteração Modificativa do Orçamento de 2022 e anos seguintes dos SMAS, nos termos da alínea a, do nº 1, do artigo 25º, do Anexo I, à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, nos precisos termos da deliberação de Câmara de 18 de abril de 2022, que aprovou a proposta Nº 2022-196-GP.

6.2 – Entrou-se no ponto 3.5 da agenda, relativo à apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Contrato de Delegação de Competências do Município de Almada nos diretores de Agrupamentos de Escolas e de Escolas não Agrupadas de Almada no âmbito da transferência de competências da Educação”;

6.2.1 – Para apresentar a proposta usou da palavra a Senhora Presidente da Câmara Municipal;

6.2.1.1 – A Senhora Presidente da Câmara Municipal:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Esta é uma das primeiras propostas que trazemos, depois da assunção da transferência de competências. Naturalmente, há uma série de competências que já estão previstas em Lei, nomeadamente competências ao nível das instalações e funcionamento, gestão do edificado, gestão e direção do pessoal não docente. Como sabem foram integradas, mais de 823 trabalhadoras e trabalhadores, embora sejam sobretudo trabalhadoras. Aliás, o pagamento de salários que era a nossa apreensão, era que tudo funcionasse sem qualquer percalço e



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

funcionou e está a correr bem. Mas há uma série de outras pequenas competências na gestão nomeadamente, dos edifícios, na gestão também da avaliação direta dos trabalhadores e das trabalhadoras, ao nível também do fornecimento de stock de consumíveis e que nós consideramos, aliás, no respeito pela autonomia das escolas, que faz mais sentido que sejam os próprios Agrupamentos de Escola a gerir.

Isto é um primeiro passo que é dado, até porque depois há toda uma série de outras atividades que até muitas vezes correspondem aquilo que é o orçamento privativo das escolas, e que será protocolado com as escolas uma a uma, em protocolos particulares. Neste momento, a nossa preocupação maior, era que as escolas que têm naturalmente, o seu plano de atividades e orçamento organizado, desde o início do ano escolar, não tivessem qualquer perturbação dentro daquilo que estava previsto. E por isso, a transferência de competências que nós trazemos aqui, é um primeiro passo, é transitório e provisório até podermos negociar escola a escola, construir um projeto e um modelo comum escola a escola, e que é a transferência cabal de verbas que vinham do Ministério, que nós recebemos e que são transferidas para as escolas, porque desde os pequenos arranjos aos consumíveis, para além naturalmente, da transferência da avaliação dos trabalhadores e acompanhamento dos trabalhadores.

Quero dar aqui uma nota que é, relativamente aos orçamentos privativos das escolas, há aqui um desafio maior que é em muitos casos, as escolas inclusivamente, tinham contratos de arrendamento com a própria Câmara Municipal, era a própria Câmara Municipal que arrendava as escolas, ora neste momento a Câmara Municipal não pode arrendar a si própria dado que os edifícios passam para a Câmara Municipal. Ou seja, nós temos que ver escola a escola, quais são os maiores desafios que têm para este ano e construir um modelo para o ano seguinte, de forma a assegurar a estabilidade não só das atividades como a estabilidade financeira de cada uma delas, e por isso, criamos também um fundo de 100.000.00€ (cem mil euros), que é um plafond máximo e que foi o que as escolas mais ou menos nos transmitiram, que irá ser canalizado para as escolas em função também daquilo que são receitas, que elas recebiam comprovadamente e que necessitam delas e que serão objeto de um protocolo diferenciado.

Portanto, neste momento, o que se propõe é, esta delegação de competências nos termos da Minuta que está junta e que naturalmente, será como foi aqui dito, é um primeiro passo para nos dar tempo para todos, para depois realizarmos aquilo que é o objetivo da transferência de competências, que é uma política de proximidade e construindo modelos de desenvolvimento em conjunto com as nossas escolas.

Deixem-me dar uma palavra de agradecimento aos nossos serviços que têm estado a levar este processo que é um processo muito complexo, para a frente. Uma palavra naturalmente, à Senhora Vereadora Maria Teodolinda Silveira que não pode estar aqui hoje, mas é um processo que já começou no mandato anterior, uma palavra de grande agradecimento a todos os diretores de escolas que também têm estado sempre disponíveis para nos acompanhar neste processo e naturalmente uma palavra de bem-vindo e de satisfação em receber nos quadros da Câmara Municipal estes trabalhadores que gora passam a fazer parte da nossa família municipal se assim me permitem.

Estou naturalmente disponível para qualquer questão que queiram colocar.”

6.2.2 – No debate usaram da palavra os/as Senhores/as Deputados/as Municipais João Eduardo Geraldês, José António Rocha, João Luís Couvaneiro e ainda a Senhora Presidente da Câmara Municipal.

6.2.2.1 – O Senhor Deputado Municipal João Eduardo Geraldês (CDU):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Relativamente ao processo de transferência de competências da Administração Central para as Autarquias Locais, a CDU tem expressado em todas as ocasiões, uma posição muito clara e coerente.

Defendemos a necessidade de aproximação dos centros de decisão e exercício do poder às populações e aos cidadãos. Entendemos que essa aproximação constituiu um passo indispensável e decisivo para o aprofundamento do próprio regime democrático, em particular, para o reforço da sua dimensão participativa.



Mas não concordamos com a forma concreta como o atual processo de transferência de competências tem sido conduzido e imposto desde o seu início. Construído e decidido à pressa, nos gabinetes e nos corredores ministeriais e nos bastidores da Assembleia da República pelo PS e pelo PSD, afastado dos problemas concretos com que os Municípios e as populações se confrontam, este processo surge repleto de incoerências e inconsistências. São incontestáveis as dificuldades que a execução deste processo tem revelado. Com sucessivos adiamentos da entrada em vigor nas diferentes áreas de transferência de competências, fica a área da educação, como aliás, a da saúde e da ação social, é exemplo bem elucidativo.

A proposta que agora nos é presente, atesta com fidelidade a forma atabalhoada como todo este processo foi concebido e posto em prática.

Os próprios fundamentos desta proposta, apresentada como provisória e para vigorar apenas até ao final do corrente ano de 2022, e fundamentada na necessidade de não interferir com o normal funcionamento das escolas em pleno ano letivo, não poderia ser mais eloquente, quanto à absoluta ausência de uma planificação coerente e consistente deste processo.

De facto, matéria de tão relevante importância, justificaria que fosse concebida e planeada de modo a permitir a sua entrada em velocidade de cruzeiro, no momento imediato, em que a transferência de competências se operasse. Mas não é isso que acontece, e somos confrontados com a necessidade de criação de um regime transitório, assim esperamos que seja, para compensar essa falta de planificação e de rigor na construção de todo este processo.

A CDU lamenta uma vez mais, que o caminho escolhido tenha sido este. Melhores resultados se alcançariam seguramente, se outra atenção e outra preocupação, tivesse sido colocada na concessão e aplicação das decisões políticas nesta matéria.

Chegados aqui, a uma solução que não é boa e que manifestamente não é a que melhor condição tem para servir o interesse público, o qual que tem necessariamente de presidir a qualquer processo de atribuição de competências, mais ainda em setores de atividade tão importantes como a educação, resta-nos a sensação de que nos confrontamos com um mal menor no quadro de um processo muito mal concebido e pior executado.

Um aspeto concreto, entretanto, preocupa-nos especialmente.

O protocolo de delegação de competências que nos é presente, prevê na sua cláusula 3^a, alínea h), referente aos princípios a que a aplicação do protocolo deve obedecer, que não possa haver no quadro da sua execução qualquer aumento da despesa pública global. A questão que colocamos é, como é que esta determinação irá afetar a qualidade do serviço público a prestar aos cidadãos, quando sabemos que apenas a inflação, a real, ainda hoje ficamos a saber que a inflação em março ultrapassou os 7% em Portugal, e a prevista, irá comer uma parte muito substancial das disponibilidades financeiras associadas a este protocolo? Soubemos hoje, que serão submetidas a deliberação da Câmara Municipal na próxima semana. A ser mantida esta norma, que não conseguimos entender no quadro económico e financeiro atual, assistiremos no final ou ao incumprimento do protocolo celebrado, ou o que infelizmente nos parece o mais provável, à diminuição da qualidade e eventualmente até da quantidade do serviço público a prestar aos cidadãos, ao arrepio daquilo que constitui o pressuposto básico de qualquer medida de descentralização de competências, que passa pela melhoria da capacidade de resposta e simultaneamente racionalização dos custos económicos e financeiros.

Não obstante e face à situação criada pela forma como este processo foi concretizado, a CDU não inviabilizará esta proposta.”

6.2.2.2 – O Senhor Deputado Municipal José António Rocha (BE):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Deixar aqui umas breves notas sobre a esta proposta relativamente à transferência de competências e sobretudo em áreas fundamentais como a educação, a posição do Bloco de Esquerda é conhecida, temos aliás,



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

assistido à confirmação de muitas críticas por vários Municípios, de que é exemplo recente a polémica no seio da Associação Nacional de Municípios Portugueses, as críticas denunciam um subfinanciamento com a transferência de verbas do Governo para os Municípios, claramente insuficientes para permitir aos Municípios o cumprimento destas competências, num setor tão importante como é o da educação.

No entanto, infelizmente, esta é uma realidade com a qual os Municípios vão ter que inevitavelmente aprender a lidar, o Bloco de Esquerda divergiu desde o início com este processo. Defendemos que estas transferências deveriam ser feitas para as escolas, que em algumas matérias deveriam manter-se no Ministério da Educação e outras sim, poderiam ser transferidas para os Municípios. Esta proposta, esta solução transitória que o Município nos apresenta está sem dúvida mais próxima daquilo que é o nosso entendimento sobre a transferência de competências que, corresponde a uma maior autonomia das escolas, que lhes permite uma melhor gestão de um conjunto de competências genéricas, ao contrário do que o Governo determinou.

Iremos votar a favor desta proposta.”

6.2.2.3 – A Senhora Presidente da Câmara Municipal:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Eu acho que é importante esclarecer dois ou três pontos.

A importância de este não ser já um modelo definitivo, mas sim transitório, é que nomeadamente, ao nível de uma série de contratos, contratos de abastecimento de água, de luz, uma série de outros contratos onde se poderá fazer uma economia de escala, são contratos que estão em curso. Portanto, não há qualquer possibilidade, nem haveria sequer qualquer possibilidade de planeamento prévio antes de assumirmos estas competências. Eu até posso neste momento, com o que conhecemos hoje, com o que conhecemos hoje, até considero que provavelmente deveríamos ter iniciado este processo, nós Almada, um pouco antes, mas isso é a experiência que nos diz, ou seja, poderíamos ter feito um trabalho mais aprofundado ainda com mais tempo, com uma Comissão de Acompanhamento. Mas não era possível prever antes, é o tempo que seria necessário para acertar todos estes detalhes, que depois são detalhes fundamentais, estamos nomeadamente a falar de lançamento de concursos de fornecimentos de serviços.

Portanto, a CDU gosta muito de nos acusar de não termos nem rigor, nem planificação, eu sei que a CDU adora planificar no abstrato, nós gostamos de planificar no concreto e aliás, não sabemos planificar de outra maneira. E depois, há aqui uma questão e eu até poderia não fazer qualquer comentário, mas a forma como são ditas até parece que há uma diretiva do Governo ou da Câmara Municipal para dizer: “não, não façam despesa pública”. Ora, a cláusula 3ª, é a cláusula dos princípios. E já agora leia as outras alíneas. Quais são os princípios, e que são os princípios também na base desta transferência de competências e são os princípios que correspondem ao texto da Lei.

O primeiro princípio: Igualdade de oportunidades e equidades; Eficácia e melhoria dos resultados educativos; Estabilidade; Prosegução do interesse público; Continuidade da prestação do serviço público; Necessidade de suficiência de recursos; Subsidiariedade; Não aumento da despesa pública global; Eficácia da gestão de recursos; Autonomia da gestão escolar. O que é que significa este “Não aumento da despesa pública global”? Eu pensava que era isso que a CDU tem defendido para ser contra a transferência de competências. É que de facto, esta transferência de competências, não é suposto significar um aumento muito substancial dos encargos para o Município. Se eu tenho neste momento, a certeza de que isso não vai acontecer? Não tenho! nem eu nem nenhum dos autarcas que acaba de assumir a transferência de competências. Mas mais uma vez sejamos coerentes, ou estão preocupados porque isto representa maiores encargos para o Município, ou afinal acham muito bem que se aumente a despesa pública. Se as verbas que nos são transferidas são claramente insuficientes ou forem claramente insuficientes, cá estaremos nós como já estivemos e como já o estamos a fazer, a reclamar nomeadamente, atualização de verbas a transferir, nomeadamente para os salários em função daquilo que foi o aumento de custos do salário mínimo e dos aumentos na função pública. Se estamos neste momento confrontados com aumentos de preços e da inflação, cá estamos nós a alertar o Governo, a dizer: “cuidado, há



que acertar os novos valores”. Nós, Associação Nacional de Municípios Portugueses e Área Metropolitana de Lisboa. Ou seja, a ânsia de dizer mal, a ânsia de deturpar as questões, entram nestas contradições, peço desculpa Senhor Deputado Municipal, com todo o respeito, mas seja claro e transparente nas coisas que diz, não atire areia para os olhos das pessoas. Não há nenhuma cláusula que diga às escolas: “temos que reduzir despesa pública” isso não existe. Há um princípio, que é um princípio normal e basilar da transferência de competências, é que não, esta transferência de competências não pode significar um aumento muito significativo de encargos para o Município. É normal e aliás, pensava que era essa a preocupação da CDU.”

6.2.2.4 – O Senhor Deputado Municipal João Eduardo Geraldês (CDU):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Eu vejo-me forçado a pedir a palavra porque a Senhora Presidente da Câmara insiste em não ouvir com atenção e com o devido sentido, aquilo que nós dissemos.

Nesta Assembleia Municipal há uns meses atrás, ouvimos uma intervenção, aliás, algo inflamada do Senhor Deputado Municipal João Couvaneiro, a garantir a pés juntos, que a Câmara Municipal se tinha preparado de uma forma exemplar, como ninguém neste país, para a transferência de competências. Hoje ouvimos a Senhora Presidente, que não havia nenhuma possibilidade de planificação atempada. Não sei qual dos dois tem razão, provavelmente nenhum deles.

Mas, no concreto, relativamente aquilo que Senhora Presidente da Câmara disse, a CDU não acusou o executivo municipal de coisíssima nenhuma, a CDU referiu-se ao processo que o Governo impôs aos Municípios. Se ouvisse com atenção e com sentido aquilo que nós dizemos, tinha percebido que a CDU coloca a questão do processo como o Governo o impôs aos Municípios. Portanto, não acusamos o executivo municipal de coisíssima nenhuma e muito menos de não saber planificar. Sabe planificar muitíssimo bem, nós sabemos disso.

Relativamente aos princípios, a alínea h) está lá ou não está Senhora Presidente? Está lá escrito ou não está? Não me ouviu falar em reduzir a despesa pública, mas a Senhora Presidente disse que eu tinha falado em reduzir a despesa pública, mas eu não disse, não falei disso. Eu só expressei a preocupação da CDU, pelo facto, de face ao quadro económico e financeiro atual, este protocolo conter uma alínea que impede o aumento da despesa pública global. É o que lá está escrito Senhora Presidente, basta ler a alínea h) da Cláusula 3ª, do Protocolo.

Finalmente, a Senhora Presidente da Câmara, gosta de acusar-nos de deturpação, de interpretação errónea, Senhora Presidente, é pena, é lamentável, que a Senhora com as responsabilidades que assume enquanto Presidente da Câmara Municipal, tenha uma postura de permanente conflito e de permanente apelo a esse conflito. Nós lamentamos, porque nós temos as nossas posições políticas e temos o nosso direito e a nossa legitimidade, para expor e defender nesta Assembleia Municipal as nossas posições políticas, a Senhora Presidente não tem nem a legitimidade nem o direito de as minorizar e de as apoucar. E é isso que infelizmente, a Senhora Presidente da Câmara Municipal faz por sistema e permanentemente.”

6.2.2.5 – O Senhor Deputado Municipal João Luís Couvaneiro (PS):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Eu vou tomar a liberdade de escrever o processo que foi seguido, que me parece que é eloquente, para explicar aquilo que foi a preparação da delegação de competências.

Assim que saiu o diploma, foi criada uma Comissão e dessa Comissão faziam parte o Dr. Domingos Rasteiro, anterior Diretor Municipal desta Autarquia para a área, técnico muito reputado e um extraordinário servidor da causa pública; a Dr.ª Paula Sousa, Diretora do Departamento de Educação, o Eng.º Cesário Fonseca, responsável pelo Departamento de Obras que foi Chefe de Divisão e que tinha um conhecimento profundo de áreas não pedagógicas, mas relacionadas com o edificado; o Eng.º Nuno Palma, Diretor do Departamento de Informática e o Eng.º Duarte Sobral, para acompanhar a equipa.



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Foi produzido um questionário a todas as escolas, questionário exaustivo que tomou como base aquilo que era a proposta feita pela Associação de Municípios da Região de Setúbal, revisto e melhorado pelos serviços da Câmara Municipal de Almada, foram feitas reuniões com todas as direções das escolas e agrupamentos e foram levantados aquilo que eram todos os contratos de fornecimento de serviços. Foram levantadas todas as debilidades das escolas e foi-se reunindo com toda a comunidade educativa. Foi produzido um relatório que é sim, uma referência na área da Associação de Municípios da Região de setúbal, e que é uma referência também ao nível do Ministério da Educação.

Quero dizer-lhe que depois, foi prevista uma alteração ao ROSMA – Alteração ao Regulamento de Organização dos Serviços Municipais de Almada, e essa alteração visava criar condições para que pudéssemos acolher as competências. A seguir a isso, aquilo que foi preparado, foi também uma alteração ao Mapa de Pessoal para podermos acolher as competências.

Portanto, quando diz que as coisas não estavam preparadas, sim! estavam preparadas, e eu em momento algum, quero dizer-lhe, que vi alguma autarquia ou até esta em tempos em que o Senhor teve responsabilidades, a trabalhar com este nível de rigor e de empenho.”

6.2.2.6 – A Senhora Presidente da Câmara Municipal:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Na sequência do que acabou de dizer o Senhor Deputado Municipal João Luís Couvaneiro, que na altura tinha competências nessa área, eu vou voltar a dizer muito devagarinho, para ver se a gente se consegue entender. Para além de todo este trabalho de preparação, há depois elementos concretos. É preciso ver contratos de água, é preciso ver contratos de luz, é preciso ver contratos de fornecimento de consumíveis, de papel, de mobiliário, é preciso ver contratos de manutenção, eu não vou elencar aqui tudo o que é preciso ver. Ora, não se pode planificar qualquer tipo de despesa enquanto não temos esses documentos na mão, só agora os temos. Só neste momento, é que passamos a ter e aliás, e que deverão passar para nosso nome, e isto levanta outras dificuldades administrativas, eu sei que os Senhores não eram muito rigorosos nesta questão administrativa que faz a transparência, mas é verdade, é um facto. A Câmara Municipal tem dificuldade às vezes em ir pagar um contrato que não está em seu nome. Vou lhe dar um exemplo muito concreto, um contrato que não está em nome da Câmara Municipal, como é que a Câmara Municipal pode ir pagar? Não pode. Portanto, a única solução que nós temos enquanto não há novo contrato, é enquanto o contrato está em vigor, a Câmara Municipal passa para as escolas e as escolas pagam. Exatamente como pagavam antes. Até porque eram competências que já estavam delegadas na maior parte das vezes do Ministério para as escolas. E, portanto, ninguém vai criar nenhum tipo de sobressalto. Portanto, não! Senhor Deputado Municipal João Galdes.

Uma coisa são opiniões políticas diferentes e de facto, cada dia que passa eu afasto-me de facto das opiniões políticas do PCP e da CDU, isso não tenha dúvidas, não é sobre esta matéria, é sobre o mundo, sobre isso não tenha dúvidas nenhuma. Mas respeito, tento respeitar ao máximo algumas dessas posições que eu cada vez entendo menos e estamos a falar em geral das posições políticas.

Agora, outra coisa é vir fazer crer para uma Assembleia Municipal, que está a ser gravada, que está a ser transmitida, que aquilo que é um bom senso, uma luta pela estabilidade das escolas, pela boa gestão, para que não haja sobressaltos, fazer crer que afinal nós somos caóticos. Agradeço, no entanto, porque ouço o que o Senhor Deputado Municipal diz e lamento se de facto me enganei, a certa altura reconheceu que nós planificamos bem. Muito obrigada por isso, de facto, tem sido um processo bem planificado, bem preparado, a prova é que está a decorrer sem sobressaltos, agora não podemos como sabe, é saber de antemão aquilo que não temos entre mãos.”

6.2.3 – Não havendo mais pedidos de palavra e verificado o quórum passou-se à votação, sendo a proposta aprovada por unanimidade através da seguinte:



DELIBERAÇÃO

A Assembleia Municipal de Almada aprova o Contrato de Delegação de competências do Município de Almada nos Diretores de Agrupamentos de Escolas e de Escolas não Agrupadas de Almada no âmbito da transferência de competências da Educação, nos termos da alínea k), do nº 1, do artigo 25º, do Anexo I, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, nos precisos termos da deliberação de Câmara de 18 de abril de 2022, que aprovou a proposta Nº 2022-190-DPGRE.

6.3 – Entrou-se no ponto 3.6 da agenda, relativo à apreciação da Informação da Presidente da Câmara Acerca da Atividade Municipal;

6.3.1 – Para apresentar a Informação da Senhora Presidente da Câmara Municipal Acerca da Atividade Municipal, usou da palavra a Senhora Presidente da Câmara;

6.3.1.1 – A Senhora Presidente da Câmara Municipal:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Como sabem este é um exercício fundamental para a nossa democracia local que é o momento da Informação da nossa Atividade Municipal e a Prestação de Contas. E é, com a verdade e o reconhecimento deste momento importante para a nossa democracia que cá estou uma vez e que nos encontramos todos disponíveis para prestar todas as informações e todos os esclarecimentos relativamente ao relatório de Atividades Municipais referentes aos meses de fevereiro, março e abril.

Eu não vou repetir, todos sabemos que a particularidade deste início do ano, depois de um período conturbado com uma pandemia de COVID 19 durante dois anos, fomos todos confrontados a partir de fevereiro com uma europa que vive tempos que acreditávamos que não iríamos voltar a viver. Um país invadido, milhões de refugiados que viram as suas vidas completamente destruídas e como disse António Guterres o Secretário Geral da ONU, que ontem visitou Kiev e que diz ter testemunhado a destruição do Estado de Direito, a violação da Integridade Territorial e da Carta das Nações Unidas, somos de facto, todos os dias confrontados contra crimes inadmissíveis por parte de uma ditadura indefensável.

Os que fogem de uma guerra que não pediram aqui em Almada, são acolhidos e acarinhados. Almada, este território de muitos e de todos, tem demonstrado uma capacidade extraordinária de receber de forma solidária e generosa, sem olhar naturalmente, à cor da pele ou da religião. Para nós, como eu já tive a ocasião de dizer, o direito de asilo não é negociável.

Se Almada soube responder e enfrentar a pandemia, estou certa também que saberemos responder mais uma vez a esta crise, esta crise que lança desafios que ainda não conhecemos, mas sobretudo em primeira instância a uma crise humanitária. E saberemos dar a esperança, o apoio e a alegria aqueles que procuram refugio.

É por isso, que no nosso Município criamos desde a primeira hora, uma linha de SOS Ucrânia, um projeto de apoio que se iniciou em articulação com a Administração Central, o Alto Comissariado para as Migrações, as Uniões de Freguesia e a Junta de Freguesia, o Serviço de Proteção Civil, os parceiros locais. Eu quero deixar aqui um agradecimento muito particular a todos estes parceiros, têm sido incansáveis e aproveitar também aqui a presença das Uniões e Junta de Freguesia, para mais uma vez, agradecer o vosso empenho também nesta matéria.

Estes grupos têm vindo a responder às necessidades de alojamento, de emprego, de educação, de apoio social e psicológico, sem esquecer a importância da aprendizagem da língua portuguesa. Solidária desde o primeiro momento, a autarquia assegura 81(oitenta e uma) camas no Caparica Sun Center para acolhimento temporário de emergência e já recebeu nas suas instalações 50 (cinquenta) refugiados. Mas até ao momento, Almada acolheu no seu território cerca de 700 (setecentas) cidadãos e cidadãs ucranianos. Este não é um trabalho fácil de realizar. E foi por isso que a Câmara Municipal resolveu criar uma equipa de intervenção multidisciplinar que tem vindo a acompanhar as situações sinalizadas, respondendo assim de forma rápida e eficaz, a todas as



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

necessidades encontradas. Qualquer munícipe, qualquer refugiado ou entidade que pretenda obter esclarecimentos, sinalizar situações ou disponibilizar apoios, deverá contactar os serviços criados para o efeito e permitam-me deixar aqui um endereço de email sosucrania@cma.m-almada.pt.

Permitam-me aqui também, que deixe uma palavra de agradecimento e de reconhecimento a todos aqueles que participaram na campanha de recolha de bens essenciais, que contou com a colaboração de todas e todos os almadenses. Foram mais de trinta toneladas de alimentos, bens de primeira necessidade e roupas que foram enviados em camiões que partiram rumo à fronteira da Polónia com a Ucrânia.

Almada é neste momento, o Concelho do Distrito de Setúbal, que acolheu o maior número de cidadãos e cidadãs ucranianos. E quando os recebemos, criamos condições para se sintam em segurança, não criamos situações ambíguas onde se possam sentir vigiados.

Este é um dado que nos orgulha, escolherem o nosso território, mas é também um fator que aumenta a nossa responsabilidade.

Eu estou a ouvir risos e fico um bocado perplexa, não consigo entender qual é a graça de alguns relatos que nos tem chegado. Não sei mesmo e de facto, não acho graça nenhuma.

Mais uma vez, Almada a este nível com gravidade que este tema exige, com a gravidade de estarmos a acolher pessoas em extrema fragilidade, com a gravidade de estarmos a receber mulheres e crianças, profundamente traumatizadas, e eu sei do que estou a falar, acho que todos eles nos merecem a gravidade necessária deste momento, não é um momento para graçolas.

A verdade é que apesar da guerra, apesar das dificuldades também sabemos que a pandemia não terminou, e este executivo desde início tem tentado tomar todas as medidas necessárias e sobretudo garantindo sempre o apoio a todos os almadenses nesta matéria. Por isso é que, não vou repetir aqui quando foram dadas indicações para se encerrarem os centros de vacinação, nós não o fizemos, depois quando houve um novo reforço de vacinação abrimos um terceiro centro de vacinação em Vale Figueira, e ainda hoje mantemos aberto o centro na Trafaria, enquanto for necessário, quando deixar de haver campanha de vacinação ou ela passar por exemplo, para os centros de saúde, naturalmente, o espaço será disponibilizado com esta certeza, aquele espaço de saúde continuará a servir a saúde das pessoas da Trafaria e de Almada.

Neste momento, e face ao sucesso do processo de vacinação, andamos a falar de 93% da população portuguesa que já se encontra com a evolução estável, é possível que venha a encerrar enquanto centro de vacinação, estamos em articulação com o Governo e é isso que continuaremos a fazer.

De qualquer maneira, o que eu quero deixar aqui é que, o Município não descarta qualquer medida que venha a ser tomada o que tenha que ser tomada, sempre como desde o primeiro dia em articulação com as autoridades de saúde que elas melhor do que ninguém, nos sabem aconselhar e dirigir nesta matéria.

E porque em Almada não esquecemos aqueles que se entregam à causa pública e estão sempre ao serviço da comunidade, principalmente nos últimos dois anos, em que realizaram um trabalho fundamental durante a pandemia, no Dia Internacional da Proteção Civil, no dia 1 de março, entregamos aos Bombeiros Voluntários de Cacilhas, um novo veículo urbano de combate a incêndios. Mais um veículo, um importante instrumento de trabalho que permite reforçar os meios operacionais que prestam serviço à população almadense, e todos aqueles que nos visitam. Falamos de um investimento de cerca de 265.000.00€ (duzentos e sessenta e cinco mil euros) totalmente financiado pela Câmara Municipal e que é fruto de uma política equilibrada e sustentável que o executivo tem vindo a desenvolver e que premeia o empenho e a dedicação exemplar dos nossos Bombeiros. Devo dizer que um dos nossos grandes orgulhos é de facto, os grandes progressos que temos feito nesta articulação com as nossas forças de Bombeiros e nossos serviços da Proteção Civil.

Permitam-me que fale num assunto Senhoras e Senhores Deputados Municipais, que muito nos preocupa, mas que muito temos feito para mudar. É com grande satisfação e orgulho que ao fim de anos de interrupção, lançamos o primeiro concurso público para a construção dos noventa e cinco fogos de habitação acessível. É um



primeiro passo, precisamos de mais, não tenhamos dúvidas. São processos longos e complicados, feitos em condições igualmente difíceis, devo dizer, mas é por isso um projeto estruturante ao qual tem que se complementar outros, nós sabemos que o problema da habitação em Almada passa forçosamente, pela construção. E como eu já tive a ocasião de dizer, só em termos de conceção de projetos de execução dado tratem-se de quatro lotes diferentes, falamos de um investimento de 864.000.00€ (oitocentos e sessenta e quatro mil euros), e relativamente à construção, estimamos um valor de cerca de 10.000.000.00€ (dez milhões de euros) a ser financiado pelo Plano de Recuperação e Resiliência, na esperança no entanto, que daqui até ao lançamento, há uma grande incerteza sobre os custos inerentes a esta construção, mas continuaremos a batalhar nesse sentido.

Já foi aqui falado, no âmbito da transferência de competências, na área da educação, o Município de Almada assumiu desde dia 1 de abril, novas abrangentes e importantes competências. Foram e agora sim, um número exato, destaco a integração de 825 (oitocentos e vinte cinco) trabalhadores no Mapa de Pessoal da Câmara Municipal, que exercem funções nos Agrupamentos de Escolas e de Escolas não Agrupadas. Mas também, na integração de 20 estabelecimentos de ensino, que se vêm juntar aos 40 (quarenta) que já integravam a rede pública de educação da responsabilidade da Câmara Municipal. É com grande responsabilidade que encaramos esta transferência, mas também, com enorme compromisso para com os trabalhadores e toda a comunidade educativa. Eu devo dizer para todos aqueles que têm dúvidas sobre a transferência de competências, basta olhar para os direitos acrescidos que todos estes trabalhadores vão ter por estarem integrados no quadro municipal, para se perceber porque é que é um processo de justiça, seja qual for os sobressaltos quer venhamos a ter. Nomeadamente ao nível da formação profissional, nomeadamente ao nível da segurança no trabalho, nomeadamente o facto de passarem a serem integrados também dentro daquilo que são os nossos acordos com os sindicatos.

Sei que juntos iremos continuar a trabalhar para um ensino público de excelência em Almada, participando de forma ativa na importante missão de educar as crianças e jovens de hoje, para que construam uma sociedade que se quer mais justa, mais inclusiva, mais solidária e com espírito criativo.

Já que falamos de educação, permitam-me que recorde o prémio “Almada Inteligente”, que voltou a distinguir os melhores alunos do Ensino Secundário, num ano particularmente atípico e difícil tanto para escolas como para alunos, há que destacar estes 46 jovens almadenses. A demonstração de que Almada é um Município criativo, que se sabe reinventar e nunca desistir.

Em termos culturais, a dinâmica que tão bem caracteriza Almada, voltou a demonstrar estar bem viva. A juventude foi celebrada no “Março à Solta”, onde de facto, de uma “Semana da Juventude” passamos quase a um mês, com uma programação especial e que contou com cerca de quatro mil pessoas nos vários espetáculos, que incluíram música, teatro, comédia e desporto. Importantes conversas e debates sobre as resistências futuras e liberdade de expressão, marcaram este evento. Encontros entre jovens empreendedores do Município foram promovidos, os espaços culturais voltaram a ganhar vida com os exemplos do “Salão das Carochas”, devo dizer que foi muito bonito, que recebeu aliás, o concerto “B Fachada” que reuniu quatrocentas pessoas assim como o Centro Cultural Juvenil de Santo Amaro, que acolheu vários grupos de dança. E, naturalmente, dois anos depois, a Praça da Liberdade voltou a receber os almadenses em festa, foram celebrados os 48 anos de democracia e de liberdade, com os concertos de Carminho e de Expensive Soul, e o habitual fogo de artifício que nos brindou com a alegria desta importante conquista que importa sempre relembrar. A comemoração do 25 de abril prolonga-se pela cidade, com várias exposições itinerantes, espetáculos para crianças, oficinas criativas, debates e sessões de cinema no Salão das Carochas. Assim, como também continuou nesse próprio dia, com a cerimónia organizada pelas Juntas de Freguesia e o Movimento Associativo. Porque o 25 de Abril não pode ser apenas uma data comemorativa, importa sim, fazer valer os princípios e os valores fundadores da nossa Constituição, celebrar Abril é viver os princípios que o regeram e que o inspiraram todos os dias, lutando todos os dias contra todo o tipo de discriminações, injustiça e contra todos os tipos de abuso de poder e de censura e de opressão.



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

A partir de 1 de julho, e permitam-me que lance aqui também algo de importante e que relembro, a partir de 1 de julho os transportes rodoviários vão chegar com por fim a nova rede de transportes públicos neste caso dirigido pela TML – Transporte Metropolitana de Lisboa. Esta empresa pública foi criada para acompanhar este grande contrato. É uma importante revolução nos transportes públicos, assim o esperamos, que irá contar com mais e melhores autocarros, um aumento de 36% das carreiras que irão ligar Almada a toda a Área Metropolitana de Lisboa assim, como também um aumento muito significativo dentro do próprio Concelho onde sofriamos de uma grande carência. Mais frequências e autocarros, mais inclusivos todos eles, mais amigos do ambiente a pensar na segurança de todas e todos que, inclusivamente com um sistema Wi-Fi de carregadores de telemóvel lá dentro, estou a dizer isto para os jovens, que ficam sempre muito preocupados de não o poder ter, e que de facto, resulta de um trabalho extraordinário feito entre os dezoito Municípios da Área Metropolitana de Lisboa e o Governo.

Mas importa também salientar um investimento que este executivo tem vindo a realizar, na requalificação do nosso território. Já atribuímos o prémio para o melhor projeto de arquitetura para o edifício da EDP, que passará a ser um espaço de serviços municipais, houve uma exposição com todos os projetos em concurso durante dois dias, onde as pessoas puderam voltar a entrar naquele edifício ao fim de muitos anos. O investimento previsto para esta requalificação é de 6.000.000.00 (seis milhões de euros). E é também aqui um primeiro passo para todo o projeto de requalificação que queremos fazer de toda aquela zona, passando naturalmente, pelo Mercado de Almada, por toda a envolvente e toda aquela redinamização.

Permitam-me agora, muito brevemente, lembrar que, entretanto, já iniciamos também a entrega de uma série de candidaturas ao Plano de Recuperação e Resiliência, entre as quais para o projeto da criação de uma Loja do Cidadãos na Romeira, também ainda na Romeira, hoje mesmo, assinei a declaração de compromisso caso venha a ser aceite a candidatura para uma residência de estudantes, ou seja, já estamos com projetos de requalificação também no edificado daquela zona. Também já está a caminho de ser entregue as candidaturas para os bairros digitais, e, portanto, em todas as frentes estamos a trabalhar nesses projetos, que serão instrumentos fundamentais para o nosso comércio, aqui na zona de Almada, e naturalmente uma candidatura muito importante, que vai envolver duas Freguesias, porque nós só podíamos envolver duas Freguesias neste caso, que é a candidatura das comunidades desfavorecidas na Caparica Trafaria e na Costa da Caparica. Estas são só algumas das candidaturas sobre as quais estamos a trabalhar, mas numa corrida contra o tempo porque de facto, o tempo é escasso e estamos a tentar fazer todos os esforços para serem as mais eficazes possíveis. Portanto, não serão as últimas, não são únicas, mas são aquelas que já foram entregues, cujos projetos ou pré projetos ou declaração de interesses já foram entregues, as outras ainda não foram, ainda estão a ser trabalhadas.

Estes são alguns exemplos do que foram estes três meses, estes três meses intensos como sempre são aqui em Almada. Um trabalho que naturalmente, temos conseguido fazer graças à colaboração entre todos os Vereadores envolvidos.

Permitam-me que, neste final de apresentação, lembre que amanhã mesmo, às 15H30, iremos inaugurar o parque de estacionamento junto ao Parque da Paz e quero dar aqui uma palavra de agradecimento ao Senhor Vereador Nuno Matias e aos serviços, assim como a todos os que executaram o trabalho, mas também a esta ideia da criação de um grande parque canino em conjunto, e lembrar que aquele parque de estacionamento será gratuito nas três primeiras horas, porque é um parque essencialmente destinado a quem vai para o Parque da Paz, quem vai correr, quem vai passear, quem vai usufruir daquele parque e que logo à noite para ser tudo junto, se irão acender as luzes da palavra “Almada” no Centro Sul, o que significa que já chegamos ao Centro Sul, é um dos nossos grandes desafios, é humanizar, dignificar, aquela que é a grande entrada de Almada. Não é fácil, não podemos fazer tudo, temos ali algumas questões complicadas inclusivamente ao nível dos terrenos, mas eu acho que já é um sinal muito claro daquilo que nós queremos para a nossa cidade. Uma cidade verde, uma cidade ecológica, sustentável, onde a qualidade de vida está bem presente no espaço público, uma cidade de muitos e para todos.”



6.3.2 – No debate usaram da palavra os/as Senhores/as Deputados/as Municipais António Pedro Maco, Margarida Ramires Paulos, Paulo Ribeiro Sabino, Karim Hassam Quintino, o Senhor Vereador Filipe Pacheco e a Senhora Presidente da Câmara Municipal.

6.3.2.1 – O Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

A Senhora Presidente da Câmara Municipal, na sua intervenção tocou aqui neste ponto, visto que os portugueses hoje, lamentavelmente tiveram a noticia de que refugiados ucranianos foram recebidos na Câmara Municipal de Setúbal e atendidos por cidadãos russos, que alegadamente (e vou dizer alegadamente porque não sei, não estive lá, não conheço o processo), pertencem a organizações próximas e afetas ao regime de Vladimir Putin. Não objeto desta Assembleia Municipal como é evidente fiscalizar outro Município, outra Câmara Municipal, mas é uma matéria que interessa a todos e é uma matéria que interessa também o Poder Local.

Portanto, dizia eu, que não sabemos, porque não conhecemos, se é uma prática normal, se é agora em concreto, aliás, não temos aqui ninguém neste momento que nos possa se calhar aferir relativamente a essa situação, mas o que é certo é que cidadãos ucranianos, já por si fragilizados, encontram-se nesta situação a qual todos devemos repudiar.

Aquilo que eu deixo Senhora Presidente é a questão, pode-se sossegar os refugiados ucranianos que escolhem Almada neste caso para fugirem a esta guerra, que todo o seu processo é seguro e transparente? E que não são expostos ao vexame com alegadas informações partilhadas, alegadas informações partilhadas neste caso com Moscovo?

Senhora Presidente, tem conhecimento de entidades em Almada que colaborem com a Câmara Municipal, que tenham proximidade também com o regime de Moscovo? É esta a situação que eu aqui deixo.

Portanto, Senhora Presidente da Câmara, são estas duas questões que eu coloco e tenho aqui mais uma questão que também foi aqui a florada pela Senhora Presidente, relativamente à residência estudantil. Senhora Presidente, para quando também uma residência para o professor, visto que, muitos dos professores são deslocados e, portanto, com certeza que teríamos aqui também esta oportunidade para ter em Almada um acolhimento dos professores que venham de fora para o nosso Concelho e se assim o entenderem que façam cá família e que cá fiquem a residir.”

6.3.2.2 – A Senhora Deputada Municipal Margarida Ramires Paulos (PAN):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

No passado dia 15 de abril, assistimos desolados, à morte agonizante de um cachalote que deu à costa na praia da Fonte da Telha. Foram várias as tentativas para o salvar, sobretudo espontâneas e de populares que estavam na altura na praia, mas sem sucesso. Sabemos que o ICNF – Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, a entidade responsável nesta matéria, e não autorizou que o animal fosse puxado para o mar, dizendo que isso podia provocar mais stresse e a sua morte, o que acabou por acontecer à noite desse mesmo dia no areal da praia. Sabemos também que a taxa de sobrevivência destes animais nestas situações é muito baixa e sabemos que este animal estava ferido, mas e se estivesse saudável? As decisões certas na altura certa podem fazer toda a diferença.

Nesse sentido e apesar de a responsabilidade caber o ICNF – Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, o Município de Almada tem uma palavra a dizer sobre o que acontece no seu território. E por isso, solicitamos que sejam realizadas reuniões com entidades responsáveis, para que Almada tenha um plano de emergência para situações idênticas que possam vir a acontecer no futuro e possa de imediato acionar os meios necessários de auxílio e cooperação, nomeadamente através da Proteção Civil e do Provedor dos Animais que esteve também várias horas no local a tentar ajudar.



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Continuando sobre a temática da proteção animal, nesta Assembleia Municipal, aprovamos em dezembro passado, a recomendação da criação de um corpo de voluntários para a área do bem-estar animal, que inclui a abertura do canil municipal aos voluntários. Estamos no final de abril e continuamos à espera que o programa se inicie. Segundo nos foi dito, mesmo até quando fomos visitar o CRO – Centro de Recolha Oficial, apenas falta colocar as vedações. Parece-nos que, cinco meses para colocar meia dúzia de vedações, é um tempo totalmente inaceitável. E por isso mesmo, voltamos a questionar sobre a data de abertura do CRO aos voluntários. Medida absolutamente essencial para a melhoria de vida daqueles animais, dinamização do espaço, aumento das adoções e por aí fora.

Aquando da apreciação e votação do Orçamento para 2022, dissemos, que pouco se tinha avançado na área do bem-estar animal no último mandato, porque temos conhecimento profundo sobre esta matéria. E deixamos aqui um exemplo, sempre que é mencionado o Centro de Recolha Oficial como voltou a acontecer ontem, a Senhora Presidente da Câmara fala dos contentores que foram construídos para os trabalhadores, naquele espaço. Não obstante reconhecemos obviamente a importância desse projeto para a dignificação do espaço e dos trabalhadores, já era tempo de termos outros exemplos para falar. Criar condições de trabalho dignas é sempre importante para todos os serviços, mas isso não muda em nada a realidade dos animais ali alojados, presos atrás das grades, praticamente 24H00 por dia num pequeno espaço e com pouca interação ou companhia.

A Senhora Presidente da Câmara disse, que o último mandato tinha servido para construir as bases necessárias para que agora se pudesse avançar. Nesse sentido, gostaríamos de saber, se facto essas bases foram construídas, porque continuamos a não avançar?

O cheque veterinário que teve alocação de 10.000.00€ (dez mil euros) para 2022, continua sem sair do papel. E continuamos sem solução para tantos animais de famílias carenciadas.

O Regulamento do Cuidador a mesma coisa, as colónias de animais continuam sem abrigos dignos para que animais e cuidadoras sejam respeitados. E é necessário também ir mais longe, pois se antes dos aumentos dos preços da ração já era difícil para muitos cuidadores e cuidadoras alimentarem os animais, agora a situação agravou-se muito. Existem muitos pedidos de ajuda para alimentação, já que estas pessoas não conseguem suportar os preços atuais da ração. É necessário criar um banco solidário alimentar para animais de colónias, e de municípios carenciados.

Relativamente às matilhas, continuamos a ver as cadelas a terem crias atrás de crias. O esforço dos serviços e de alguns munícipes têm sido de captura a bebés para que não aumentem as matilhas e que são muitos. Mas não é difícil de perceber que este é um trabalho inglório enquanto não se esterilizar as cadelas. As mesmas sofrem com cios intermináveis e com crias a cada seis meses, com parasitas, doenças e todo o tipo de perigos. Não é aceitável que não se cuide destes animais. E a estratégia é muito simples, vacinar, desparasitar e esterilizar. Só assim se pode começar a ter controlo para estas matilhas.

A fiscalização dos casos demonstrados de negligência continua a um ritmo extremamente lento e os denunciadores e animais continuam sem respostas. Numa recente reunião de Câmara, uma munícipe interveio no sentido de pedir para que pudesse continuar a utilizar um terreno camarário em Vale Flores, onde cultivava uma horta. A resposta da Câmara Municipal e bem, foi de que os terrenos camarários não podem ser utilizados para fins aos quais não se destinam e que existem regras para todos que devem ser cumpridas. Nesse sentido não compreendemos porque não é aplicado o mesmo princípio, à ocupação de um terreno camarário, para manter animais em condições totalmente indignas. Há um ano atrás foi denunciado pelo PAN às autoridades e ao Serviço Veterinário Municipal, uma situação que incluía a existência de um barracão com 12 cães fechados a cadeado sem qualquer luz ou visão para o exterior. Barracão esse identificado em espaço público de forma ilegal no Pragal. A resposta das autoridades veio um mês depois, dando conta que o recinto não se encontrava em boas condições estruturais, existiam riscos sanitários relativamente a conspurcação ambiental e doenças transmissíveis ao homem. Passado um ano, o barracão e os cães continuam no mesmo lugar. Não é compreensível que após conclusão de que este espaço foi ocupado de forma ilegal, que o terreno pertence à



Câmara Municipal, que os animais não têm condições mínimas asseguradas e que põe mesmo em risco a saúde pública, que tenha passado um ano e tudo continue na mesma.

Assim, requeremos resposta da razão para quem ainda não tinha sido dada ordem para desocupação do espaço e destruição do barracão, um entre dezenas que existem pelo Concelho fora, em espaço público e com condições idênticas.”

6.3.2.3 – O Senhor Deputado Municipal Paulo Ribeiro Sabino (PSD):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Relativamente à Atividade Municipal desenvolvida pela Câmara Municipal e que se encontra em apreciação, gostaria de destacar algumas ações desenvolvidas nas áreas dos pelouros, atribuídos ao PSD durante os meses de fevereiro, março e abril de 2022.

Foram realizadas diversas avaliações técnicas ao arvoredo em espaço público, nomeadamente, aquelas reportadas por diversos cidadãos.

Elaborou-se o Plano de arborização da Estrada Nacional 377, da Charneca de Caparica, tendo em vista complementar a obra de requalificação viária;

Realizaram-se também, diversas plantações de árvores em conjunto com as respetivas comunidades locais, no Parque Urbano da Regateira, na Quinta da Carcereira, na Avenida do Arsenal do Alfeite, no Bairro Cor de Rosa e no Bosque dos Campeões;

Procedeu-se à dinamização de formação terapêutica integrada no projeto AGE em Rede, no âmbito dos contratos locais de desenvolvimento social;

Executaram-se também diversos pareceres técnicos no domínio de vários processos de loteamento e projetos de execução;

Concluiu-se também, como já aqui falado, a obra do remate Norte do Parque da Paz, que para além de contemplar uma nova entrada no local, um novo parque de estacionamento e requalificação do parque canino, foram também plantadas cerca de trezentas árvores e mais de mil arbustos que irão contribuir para o ensombramento e redução do efeito da ilha de calor;

Deu-se apoio a diversas iniciativas como filmagens, treinos de orientação da Marinha Portuguesa, e à concretização do “Almada Green Market”, bem como ao evento “Março à Solta”;

Fizeram-se também vários ensaios do sistema centralizado de gestão de rede da rega do Parque Multiusos em Vale Figueira e no Parque Urbano do Pragal;

No que respeita ao serviço de gestão cemiterial, realizaram-se diversas plantações de espécies vegetais em canteiros e taludes assim como se realizou o abate de árvores e arbustos em final de vida e também de infestantes nos solos dos cemitérios de Almada e de Vale Flores;

Está em marcha o estudo para a criação de novas soluções da inumação e iniciou-se também o estudo para beneficiação da sala de despedida do crematório;

Na área os mercados, comércio e espaço público, realizou-se a atualização e monitorização do Plano Municipal do Ordenamento e Publicidade;

Fez-se o levantamento fotográfico de esplanadas em quatro Freguesias do Concelho, iniciaram-se os trabalhos tendo em vista a abertura de concursos públicos para atribuição de seis quiosques em colaboração com a Divisão do Património;



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Continuou-se o desenvolvimento dos trabalhos de revisão dos projetos de regulamento municipal dos horários dos estabelecimentos comerciais e do regulamento municipal de venda a retalho não sedentária;

Desencadearam-se os procedimentos de contratação pública para gestão do Mercado Municipal do Levante do Feijó, e realizou-se a aquisição de bens e serviços de manutenção nos diversos mercados municipais;

Continua em curso o processo de revisão do Regulamento dos Mercados Retalhistas e também dos trabalhos para criação do Serviço Municipal de Metrologia;

Já no turismo concretizou-se o processo aquisitivo dos serviços de vigilância e videovigilância do Elevador Panorâmico na Boca do Vento e participou-se na Bolsa de Turismo de Lisboa que se realizou na FIL – Feira Internacional de Lisboa de 16 a 20 de março;

Iniciaram-se os processos de planificação do evento “Trafaria (Com) Prova” que este ano se realiza de 8 a 10 de julho;

Iniciou-se a criação de um documento preliminar, tendo em vista a reflexão sobre os conteúdos para a elaboração do Plano Estratégico Municipal do Turismo e prepararam-se propostas para a integração na candidatura à linha do apoio “Regenerar Territórios” do Programa Transforma Turismo e que possam contribuir para a atratividade turística através do desenvolvimento de produtos ou segmentos inovadores;

Destacar também, que neste período se realizou nos postos de turismo de Cacilhas e da Costa da Caparica, o atendimento a cidadãos de cerca de 151 nacionalidades diferentes.”

6.3.2.4 – O Senhor Deputado Municipal Karim Hassam Quintino (BE):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

De forma muito breve e aproveitando também este período da atividade municipal, gostaríamos de nos focar numa denúncia que julgamos ser de interesse dos munícipes e do Município. Nós e vários grupos municipais, recebemos um conjunto de missivas de encarregados de educação da Escola Básica de Vale Rosal, do Agrupamento de Escolas Daniel Sampaio na Charneca de Caparica, que nos alertam para a falta de qualidade das refeições que ali são servidas. Relatam-nos ainda que são recorrentes os casos de gastroenterite entre os alunos e que estas situações têm sido alertadas em várias reuniões de encarregados de educação.

Portanto, pergunto-lhe muito diretamente Senhora Presidente da Câmara se chegou a ter conhecimento desta situação e se sim se o executivo já tomou algum tipo de providências para garantir que as nossas crianças têm direito a uma alimentação de qualidade nas suas escolas e em particular nesta escola.”

6.3.2.5 – A Senhora Presidente da Câmara Municipal:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Muito brevemente responder ao Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco.

Senhor Deputado Municipal, sim, posso lhe garantir que quem é recebido em Almada é recebido com toda a atenção e com todo o carinho. Agora, há uma coisa que eu também lhe quero dizer, nós em nenhuma das circunstâncias confundimos os povos com os regimes. Portanto, nunca ouvirá da minha parte qualquer tipo de discriminação ou de acusação ao povo russo e pelo contrário aproveito a sua intervenção para exprimir aqui toda a minha solidariedade para com os resistentes e os democratas russos. Portanto, quero que isso fique claro. E também aproveito a ocasião, para agradecer muito calorosamente, uma trabalhadora nossa, dos espaços verdes, de nacionalidade ucraniana, e que tem servido de tradutora, tem sido um elemento fundamental neste trabalho de acolhimento. A questão nunca serão as pessoas, não vou sequer comentar, mas de facto, tem é que se criar condições para que as pessoas não tenham. Isso é que eu acho que é fundamental, já vêm suficientemente traumatizadas para terem mais medo.

Relativamente ao cachalote o Senhor Vereador Filipe Pacheco poderá esclarecer mais em concreto.



Tanto quanto me foi comunicado, irá ser feita uma autópsia para perceber exatamente o que aconteceu ao animal. Sabemos que foi abalroado por um barco, um navio, não sabemos se foi abalroado estando de boa saúde, tudo indica que já estaria fragilizado e que por isso é que foi abalroado. Ou seja, há aqui essa questão, não tenho neste momento nem informações, nem competência de base para lhe poder responder.

De qualquer maneira agradecer toda a colaboração que foi prestada e foi naturalmente, mais uma vez a competência, a capacidade do nosso serviço de Proteção Civil e toda a ajuda, aliás, que foi trazida por outros serviços, nomeadamente, os nossos Sapadores Florestais para a questão da remoção, que foi um trabalho muito, muito árduo. Percebo a emoção das pessoas, mas alertar também que é preciso que as pessoas tenham cuidado quando estas coisas acontecem, sabemos que a emoção é muita, mas também não sabemos exatamente do que sofre aquele animal e, portanto, quando as pessoas se atiraram à água é preciso ter cuidado, eu entendo-as muito bem, não sei se faria o mesmo, mas é verdade que depois fomos todos alertados porque não sabíamos qual era o estado do animal e o que é que está na origem deste momento traumático.

Agradecer o que o Senhor Deputado Municipal Paulo Sabino lembrou enquanto atividade da Câmara Municipal, do Vereador do PSD. Mas há algo que de facto, para nós é uma grande satisfação e que está cada vez mais a funcionar melhor que é a interação entre todos os serviços, a Câmara Municipal é uma, todos os serviços são necessários e de facto, aqui os espaços verdes têm sido fundamentais também para uma série de outros projetos que, mesmo que não tenham origem direta têm dado um apoio fundamental para uma série de outros projetos.

E muito rapidamente para o Senhor deputado Municipal Karim Quintino, Vale Rosal era uma escola ainda da DGEstE – Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares e que só agora é que vai passar para nós. Portanto, desde o início reportamos as queixas. Agora, é verdade que o contrato ainda não é nosso, ainda não foi feito connosco, aqui está um bom exemplo de um contrato que ainda não está em nosso nome.”

6.3.2.6 – O Senhor Vereador Filipe Pacheco:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

De forma o mais telegráfica possível e respondendo à Senhora Deputada Municipal Margarida Paulos, que falou várias questões relativas ao bem-estar animal, por vezes e quando as questões são colocadas, também precisamos de dar razão quando a têm e aqui neste caso concretamente sobre a questão da integração do Corpo de Voluntários nas instalações do CRO – Centro de recolha Oficial e também relativamente aos trabalhos do cheque veterinário, é verdade, nós já esperávamos ter esses trabalhos concluídos, no caso da vedação, estamos à espera que os serviços internos da Câmara Municipal os coloquem, e no caso do cheque veterinário já temos um pré projeto que até gostávamos de partilhar com os/as Senhores/as Deputados/as Municipais de todos os partidos políticos, mas também reconhecer essa critica que nos fazem. Mas, quando a Senhora Deputada Municipal dizia que tudo está igual, permita-me só dizer que eu acho que não, há muita coisa que está diferente e penso que falou aqui por exemplo, nas esterilizações e eu dava-lhe aqui alguns números comparando o período homólogo, os quatro primeiro meses do ano, portanto até ao dia 27 de abril, portanto antes de ontem, comparados com os de 2022 com o período homólogo de 2021; relativamente às esterilizações por exemplo, em gatos nós tivemos em 2021, 137 (cento e trinta e sete) esterilizações feitas; em 2022 183 (cento e oitenta e três) esterilizações, cerca de mais 40 (quarenta). Em cães que até é mais difícil fazê-las, cerca do dobro, uma comparação de 16 (dezasseis) para 28 (vinte e oito) e depois algo que nos orgulha muito que é um trabalho que estamos a fazer de novo, muito importante, muito difícil, relativamente à recolha de animais e às adoções. Nós o registo que temos de 2021 é de um cão e de um gato; em 2022, só nos 4 (quatro) primeiros meses do ano, já fizemos 41 (quarenta e uma) adoções de cães, 14 (catorze) adoções de gatos; recolhas de animais em 2021, tínhamos 5 (cinco) cães, 3 (três) gatos; em 2022 temos 40 (quarenta) cães, 39 (trinta e nove) gatos. Ou seja, há aqui aumentos de 40 (quarenta) vezes mais aquilo que fazemos.



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Portanto, este trabalho é um trabalho muito difícil, que convoca os serviços, os serviços têm estado muito concentrados em aumentar a resposta ao nível da recolha e também de adoções, e, portanto, achamos que estamos a fazer um trabalho muito importante nessa área.”

6.4 – Entrou-se no ponto 3.7 da agenda, relativo à apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Designação dos membros de Júri para procedimento concursal para provimento de cargo de Diretor Delegado dos SMAS”;

6.4.1 – Para apresentar a proposta usou da palavra a Senhora Presidente da Câmara Municipal;

6.4.1.1 – A Senhora Presidente da Câmara Municipal:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Eu penso que a proposta fala por si, de qualquer maneira, em caso de dúvidas o Senhor Vereador José Pedro Ribeiro está aqui naturalmente disponível para qualquer esclarecimento que os/as Senhores/as Deputados/as Municipais solicitarem.”

6.3.3 – Não havendo pedidos de palavra e verificado o quórum passou-se à votação da proposta por voto secreto, sendo a proposta aprovada por maioria com 20 votos Sim, 13 abstenções e 2 brancos, através da seguinte:

DELIBERAÇÃO

Ao abrigo do artigo 13º, da Lei nº 49/2012, de 29 de agosto, a Assembleia Municipal de Almada aprova a Proposta da Câmara Municipal nº 2021-984-GP, designando o seguinte júri para o procedimento concursal para provimento de cargo de Diretor Delegado dos SMAS:

Presidente – Dr.ª Elsa Henriques, Secretária-Geral da Secretaria Geral da Câmara Municipal de Almada;

1º Vogal Efetivo – Dr. Marcos Sá Rodrigues, Administrador das Águas de Santo André (substitui o Presidente nas suas faltas e impedimentos);

2º Vogal Efetivo – Eng.º Gabriel Oliveira, Diretor da Direção Municipal de Obras, Mobilidade e Urbanismo da Câmara Municipal de Almada;

1º Vogal Suplente – Eng.º Rui Carvalheira, Diretor da Direção Municipal dos Serviços Urbanos da Câmara Municipal de Almada;

2º Vogal Suplente – Dr. Mário Ávila, Diretor da Direção Municipal de Desenvolvimento Social da Câmara Municipal de Almada.

6.5 – Entrou-se no ponto 3.8 da agenda, relativo à apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Estratégia Municipal “Almada Município sem SIDA”;

6.5.1 – Para apresentar a proposta usou da palavra a Senhora Presidente da Câmara Municipal;

6.5.1.1 – A Senhora Presidente da Câmara Municipal:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Como sabem, Almada aderiu ao compromisso das Fast Track Cities, a 10 de outubro de 2018, no sentido de uma fortíssima diminuição e até a perspetiva de erradicação da Sida no nosso Concelho. Aliás, essa carta é denominada “Almada Município Sem Sida”.

A implementação da Estratégia abrange o alargamento do acesso aos serviços de prevenção, diagnóstico, seguimento e tratamento das Pessoas com VIH, outras com IST, Tuberculose e Hepatites Virais, incluindo a promoção de combate ao estigma e à discriminação das pessoas que vivem com o VIH.



Considerando que a Câmara Municipal de Almada e o Grupo de Ativistas em Tratamento – GAT, mais conhecido por GAT, penso que conhecido de todos, assinou em 25 de outubro de 2019, um protocolo de colaboração para a implementação da iniciativa Fast Track Cities – “Almada Sem Sida” decorrente da subscrição da Declaração de Paris pelo Município, que pressupõe a elaboração desta Estratégia.

Alinhada com a Estratégia Nacional 95-95-95, a implementação da estratégia “Almada Município Sem Sida” preconiza o envolvimento e a contribuição de uma diversidade de parceiros, evidenciando-se o estabelecimento de um diálogo contínuo e construtivo entre as autoridades de saúde municipais, as autoridades de saúde pública, os vários parceiros e os doentes e suas famílias. O grupo de parceiros inclui instituições governamentais e não governamentais, organizações da sociedade civil, do setor da saúde, da educação e outras associações representativas dos diferentes grupos sociais, económicos, étnicos e culturais.

Tem enfoque nas pessoas mais vulneráveis à infeção por VIH, numa abordagem que respeita e concretiza os direitos humanos. Para o efeito, serão envolvidas as pessoas que vivem com VIH e as várias comunidades locais na construção de atividades e respostas específicas no âmbito da iniciativa.

Para acelerar as respostas locais, participam na iniciativa “Almada Município Sem Sida”, para além das organizações de base comunitária e outras entidades que atuam em Almada, entidades nacionais e regionais com responsabilidades em áreas de atuação relacionadas com o VIH.

As atividades contempladas integram 4 grandes áreas de intervenção: Prevenção, Diagnóstico, Tratamento, Estigma e Tratamento.

A estratégia define os seguintes Órgãos: a Equipa Executiva, o Conselho Estratégico e o Conselho de Parceiros.

Considera-se que esta metodologia contribui para atingir os objetivos da iniciativa “Fast Track Cities”:

95% das pessoas que vivem com VIH têm conhecimento da sua infeção; 95% das pessoas que sabem que vivem com VIH estão em tratamento; 95% das pessoas em tratamento têm carga viral indetetável; redução de novos casos de infeção; zero casos de discriminação.

O instrumento estratégico em apreço integra-se nas Grandes Opções do Plano para 2022, nomeadamente, no eixo nº 1, Solidariedade, Inclusão e Habitação, sendo que esta intervenção se desenvolve na prossecução do interesse público e da proteção dos direitos e interesses dos cidadãos.

Senhores/as Deputados/as Municipais, penso que todos têm seguido as evoluções que também temos feito, os protocolos que temos feito a esse nível, dizer que o primeiro objetivo era de 90% e já estamos em vias de o cumprir se é que não cumprimos ainda nas outras áreas, e portanto, já aumentamos esse objetivo para 95%, porque o que se pretende é que a dado momento a estratégia seja 100%, naturalmente o que se pretende é que haja o menos casos de contágio possível, muito importante que as pessoas tenham conhecimento do seu estado de saúde, que possam ter os tratamentos adequados e que naturalmente, também não sofram qualquer tipo de discriminação por estarem doentes.”

6.5.2 – No debate usaram da palavra os/as Senhores/as Deputados/as Municipais Pedro Manuel Lêdo.

6.5.2.1 – O Senhor Deputado Municipal Pedro Lêdo (PS):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Na continuidade daquilo que tem sido o trabalho do executivo anterior e deste executivo, a preocupação com a saúde pública e com as questões da ação social, a bancada do Partido Socialista, vem saudar mais uma celebração deste protocolo, protocolo importante com o Grupo de Ativistas em Tratamento, o GAT, e também com o sistema nacional de saúde, mais propriamente com Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo (uma das grandes conquistas de Abril, o sistema Nacional de Saúde, não esquecer) e obviamente com o Hospital Garcia de Orta, para o funcionamento de um centro de resposta de saúde e socias, onde é promovido



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

de forma gratuita, rápida e anónima, (“anónima” uma palavra importante nos dias de hoje) o rastreio do VIH e das hepatites virais.

Mais uma vez. A bancada do Partido Socialista saúda esta iniciativa.”

6.5.3 – Não havendo mais pedidos de palavra e verificado o quórum passou-se à votação, sendo a proposta aprovada por unanimidade, através da seguinte:

DELIBERAÇÃO

A Assembleia Municipal de Almada aprova a Estratégia Municipal “Almada Município sem SIDA”, nos termos da alínea h), do nº 1, do artigo 25º, Anexo I, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, nos precisos termos da deliberação de Câmara de 21 de fevereiro de 2022, que aprovou a proposta Nº 2022-41-DIIS.

6.6 – Entrou-se nos pontos 3.9 e 3.10 da agenda, relativo à apreciação e votação das Propostas da Câmara Municipal sobre “Prorrogação do prazo de vigência da ORU de Almada Velha, por um período de cinco anos” e “Prorrogação do prazo de vigência da ORU da Trafaria, por um período de cinco anos”, tendo o Senhor Presidente informado a Assembleia que fora consensualizado na conferência de representantes que estes documentos seriam apresentados e apreciados em conjunto sendo submetidos a votação separadamente;

6.6.1 – Para apresentar as propostas usou da palavra a Senhora Presidente da Câmara Municipal;

6.6.1.1 – A Senhora Presidente da Câmara Municipal:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Neste caso eu penso que as Senhoras e os Senhores Deputados Municipais sabem bem qual é que é o sistema das ARU,s, que são as Áreas de Reabilitação Urbana, assim como conhecem bem o que é que isso significa de incentivos fiscais para aqueles que fazem reabilitação, sabem certamente o quanto estes instrumentos foram importantes ao longo dos anos para a reabilitação destas zonas e de outras, nós temos neste momento cinco ou seis ARU,s – Áreas de reabilitação Urbana e ORU,s que depois se associam. Portanto, neste momento estamos a falar de uma simples renovação, estas ORU,s e ARU,s têm um prazo máximo de quinze anos, tanto numa como noutra esse prazo não está constituído, passamos a considerar que é um importante elemento para a reabilitação, trazer naturalmente, benefícios fiscais a quem o exerce. Já disse noutras ocasiões, acho, no entanto, que este modelo deverá ser pensado de forma mais estrutural antecipadamente, para garantir que, da reabilitação não possa decorrer o facto de as pessoas terem que sair dos bairros e dos sítios onde vivem muitas vezes durante toda a sua vida. Mas, não é o caso nem numa nem noutra.”

6.6.2 – Não havendo pedidos de palavra e verificado o quórum passou-se à votação tendo-se verificado os seguintes resultados:

6.6.2.1 – A proposta sobre “Prorrogação do prazo de vigência da ORU de Almada Velha, por um período de cinco anos” foi aprovada por unanimidade, através da seguinte:

DELIBERAÇÃO

A Assembleia Municipal de Almada aprova a prorrogação do prazo de vigência da ORU de Almada Velha, por um período de cinco anos, nos termos do nº 2, do artigo 20º do Regime Jurídico da Reabilitação Urbana, aditado ao Decreto-Lei nº 307/2009, de 23 de outubro, pela Lei nº 32/2012, de 14 de agosto, nos precisos termos da deliberação de Câmara de 21 de fevereiro de 2022, que aprovou a proposta Nº 2021-954-DRRU.

6.6.2.2 – A proposta sobre “Prorrogação do prazo de vigência da ORU da Trafaria, por um período de cinco anos”, foi aprovada por unanimidade através da seguinte:



DELIBERAÇÃO

A Assembleia Municipal de Almada aprova a prorrogação do prazo de vigência da ORU da Trafaria, por um período de cinco anos, nos termos do nº 2, do artigo 20º do Regime Jurídico da Reabilitação Urbana, aditado ao Decreto-Lei nº 307/2009, de 23 de outubro, pela Lei nº 32/2012, de 14 de agosto, nos precisos termos da deliberação de Câmara de 21 de fevereiro de 2022, que aprovou a proposta Nº 2021-956-DRRU.

6.7 – Entrou-se no ponto 3.11 da agenda, relativo à apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Reabilitação Urbana e Recuperação de Imóveis. Relatório de Monitorização da ORU da Costa da Caparica”;

6.7.1 – Para apresentar a proposta usou da palavra a Senhora Presidente da Câmara Municipal;

6.7.1.1 – A Senhora Presidente da Câmara Municipal:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Tratando-se de um Relatório, penso que todas e todos os Senhores Deputados Municipais leram, vou estar disponível para qualquer dúvida que venham a ter.”

6.7.2 – Não havendo mais pedidos de palavra e verificado o quórum passou-se à votação, sendo a proposta aprovada por unanimidade através da seguinte:

DELIBERAÇÃO

A Assembleia Municipal de Almada aprova os resultados do Relatório de Monitorização da ORU da Costa da Caparica, por um período de cinco anos, nos termos do nº 1, do artigo 20ºA do Regime Jurídico da Reabilitação Urbana, aditado ao Decreto-Lei nº 307/2009, de 23 de outubro, pela Lei nº 32/2012, de 14 de agosto, nos precisos termos da deliberação de Câmara de 18 de abril de 2022, que aprovou a proposta Nº 2022-89-DRRU.

6.8 – Entrou-se no ponto 3.12 da agenda, relativo à apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Contrato-Programa Wemob, S.A. 2022”.

6.8.1 – Para apresentar a proposta usou da palavra a Senhora Presidente da Câmara Municipal;

6.8.1.1 – A Senhora Presidente da Câmara Municipal:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

É a proposta de um novo Contrato Programa para a WEMOB, não há alterações nenhuma substanciais em relação aquele que era o existente. Sabemos das competências que a WEMOB tem específicas para além da sua atividade corrente, seja na remoção dos veículos em fim de vida, seja na gestão dos parques de estacionamento criados pela Câmara Municipal, e, portanto, penso que é pacífico, mas tanto eu como o Senhor Vereador Filipe Pacheco, estamos disponíveis naturalmente, para qualquer esclarecimento.”

6.8.2 – Não havendo pedidos de palavra e verificado o quórum passou-se à votação, sendo a proposta aprovada por maioria, com 22 votos a favor, sendo 17 dos eleitos do Grupo Municipal do PS incluindo do Senhor Presidente de Junta de Freguesia e do Senhor Presidente de Junta de União de Freguesias que o integram, 3 dos eleitos do Grupo Municipal do PSD, 1 do eleito do PAN, 1 do eleito do CDS-PP; 8 votos contra dos eleitos do Grupo Municipal da CDU incluindo o Senhor Presidente de Junta de União de Freguesias de Laranjeiro Feijó que o integra; 5 abstenções sendo 3 dos eleitos do Grupo Municipal do BE e 2 do Grupo Municipal do E, através da seguinte:

DELIBERAÇÃO

A Assembleia Municipal de Almada aprova a minuta do contrato-programa para 2022 da Wemob, S.A., nos termos da alínea n), nº 1, do artigo 25º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, Anexo I, da Lei nº 75/2013,



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

de 12 de setembro, nos precisos termos da deliberação de Câmara de 21 de março de 2022, que aprovou a proposta Nº 2022-135-GP.

6.9 – Entrou-se no ponto 3.13 da agenda, para apreciação e votação da Proposta do Grupo Municipal do Partido CHEGA de “inscrição do Deputado Municipal na 6ª Comissão Permanente Transportes Mobilidade e Acessibilidades”.

6.9.1 – Para apresentar a proposta usou da palavra o Senhor Deputado Municipal Nuno Mendes (CHEGA);

6.9.1.1 – O Senhor Deputado Municipal Nuno Alexandre Mendes (CHEGA):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Vimos hoje, com base nas provas documentais das práticas desta Assembleia Municipal nos últimos dois mandatos, propor a correção no número de Comissões que o CHEGA pode estar como membro efetivo.

Nenhuma força nega o facto que, no Regimento é possível o partido CHEGA a estar em seis Comissões como limite máximo, o que trazemos hoje são evidências obtidas que demonstram que nos últimos dois mandatos, a Assembleia Municipal permitiu que os partidos utilizassem este número máximo com o intuito de garantir a sua presença nas Comissões onde podem defender o interesse da população. Aconteceu com o Bloco de Esquerda, o CDS-PP, o PAN, tendo sido permitido e bem, estarem na totalidade das Comissões que o Regimento dessa época permitia.

Nestes mandatos esteve a CDU no executivo, e posteriormente o PS. Ambos mantiveram salutarmente esta prática. Neste mandato, é permitido ao CDS-PP e o PAN, e novamente bem, estar no limite máximo das Comissões previstas pelo Regimento, situação que saudamos. O CHEGA pretende o mesmo tratamento.

Só nos foi aceite a inscrição em cinco Comissões das seis máximas permitidas pelo Regimento. O CHEGA é o primeiro partido a ser discriminado desta forma, ou não lhe ser permitido utilizar o valor máximo previsto no Regulamento interno. Passaram quatro dias dos festejos do 25 de Abril, vamos manter os valores de liberdade e não à discriminação, válidos para todos os almadenses.”

6.9.2 – No debate usaram da palavra os/as Senhores/as Deputados/as Municipais Ivan Costa Gonçalves (PS) e Nuno Mendes (CHEGA);

6.9.2.1 – O Senhor Deputado Municipal Ivan Costa Gonçalves (PS):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Este é um tema que já foi discutido nesta Assembleia Municipal e que o Partido CHEGA entende trazer de novo legitimamente, à discussão.

Resumidamente, o Partido Socialista nas últimas eleições elegeu 13 (treze) Deputados Municipais e tem 4 (quatro) Presidente de Junta, o que faz com que tenhamos um Grupo Municipal com 17 (dezassete) Deputados Municipais, a CDU por exemplo, tem um Grupo Municipal com 11 (onze) Deputados Municipais, e o Partido CHEGA elegeu 2 (dois) Deputados Municipais. Um dos Deputados Municipais do Partido CHEGA, participa em 3 (três) Comissões Permanentes, o outro participa em 2 (duas), os 17 (dezassete) Deputados Municipais do Partido Socialista, metade participa numa Comissão Permanente, a outra metade participa em duas Comissões Permanentes. O Partido socialista teve pouco mais de vinte e cinco mil votos para a Assembleia Municipal nas últimas eleições, o partido CHEGA teve pouco mais de quatro mil votos para esta Assembleia Municipal. Portanto, não é verdade que o partido CHEGA esteja a ser prejudicado, antes pelo contrário, se há alguém que está a ser prejudicado é o Partido Socialista, é a CDU, é o PSD, cujos os Deputados também não podem participar em 3 (três) Comissões, é o Bloco De Esquerda cujos Deputados também não podem participar em 3 (três) Comissões, aliás, só é permitido aos 2 (dois) partidos que elegem um menor número de Deputados Municipais que é 1 (um). Portanto, a proposta que foi feita, na altura em que a proposta foi discutida foi de que, à medida em que os Grupos Municipais aumentam de tamanho, o número de possibilidade de participação e dos seus



proponentes, de cada um dos seus Deputados vai diminuindo para garantirmos que há representação de todos os partidos, fazendo com que existam distorções, e uma destas distorções é o facto de os Deputados Municipais do Partido Socialista serem prejudicados em relação aos Deputados Municipais do Partido CHEGA, e há uma coisa que eu tenho a certeza, que os Deputados Municipais do Partido Socialista dão um contributo maior para o funcionamento desta Assembleia Municipal do que os Deputados Municipais do Partido CHEGA. Mas essa é outra discussão, nem vale a pena temo-la aqui. Agora, aquilo que o Partido CHEGA tem que perceber, tem que compreender como funciona o jogo democrático. Quem tem mais votos tem mais mandatos, quem tem mais mandatos governa. Todos conhecemos bem as táticas que o Partido CHEGA emprega no seu trabalho, na forma como faz política, não nos revemos neles, sabemos também que convivem mal com a democracia, convivem mal com a democracia externamente, com os valores de Abril, com aquilo que fomos capazes de criar ao longo dos últimos 50 (cinquenta) anos em Portugal e convivem também mal com a democracia interna pelos vistos, ou se dermos atenção a tudo aquilo que são as notícias que vêm a público, de antigos militantes do CHEGA que se queixam de claustrofobia de falta de democracia interna etc., etc.. Mas enfim, isso contas de outro rosário, é uma questão de todos procurarmos no Google. Aquilo que sabemos é que, esta proposta é equilibrada e, portanto, o Partido CHEGA terá que aprender, eu tenho algumas dúvidas de que isso acontecerá, mas penso que terá de aprender a conviver com a democracia e com os princípios democráticos que funcionam no sistema eleitoral português e que felizmente funcionam no sistema eleitoral português e que permitem que, até partidos que não convivem bem com a democracia como é o caso do Partido CHEGA, tenham voz em Assembleia Municipais como é a Assembleia Municipal de Almada.”

6.9.2.2 – O Senhor Deputado Municipal Nuno Alexandre Mendes (CHEGA):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Eu de facto, às vezes estranho estas palavras do PS, eu quero lembrar que foi o PS na figura da Juventude Socialista que recusou a presença da juventude CHEGA no Conselho Municipal da Juventude. É este o vosso exemplo de democracia e não à discriminação, é este o vosso exemplo de Abril. É recusar a presença da juventude de um partido no Conselho Municipal da Juventude de Almada. Isto passou-se, é isto que é o exemplo de democracia que estamos aqui a apregoar, afastar alguns partidos e afastar jovens e afastar pessoas dos órgãos das decisões. É isto que estão a tentar defender de uma forma descarada.”

6.9.3 – Não havendo mais pedidos de palavra e verificado o quórum passou-se à votação, sendo a proposta rejeitada com 32 votos contra, sendo 17 dos eleitos do Grupo Municipal do PS incluindo do Senhor Presidente de Junta de Freguesia e do Senhor Presidente de Junta de União de Freguesias que o integram, 8 dos eleitos do Grupo Municipal da CDU incluindo o Senhor Presidente da Junta da União de Freguesias que o integra, 3 dos eleitos do Grupo Municipal do PSD, e 3 dos eleitos do Grupo Municipal do BE, 1 do eleito do PAN; 1 abstenção do eleito do CDS-PP e 2 votos a favor do Grupo Municipal do CHEGA.

6.9.4 – Os Senhores Deputados Municipais António Pedro Maco (CDS-PP) e Nuno Alexandre Mendes (CHEGA), anunciaram que apresentariam uma Declaração de Voto.

6.9.4.1 – O Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Perante esta matéria o CDS-Partido Popular quer em reunião de revisão do Regimento da Assembleia Municipal de Almada (AMA) quer mesmo em sessão de assembleia, já teve oportunidade de se pronunciar acerca da matéria visada.

Pelo facto, o CDS-Partido Popular mantém a mesma posição de aceitar a decisão tomada por maioria das forças políticas representadas na AMA, ou seja, a proporcionalidade positiva, considerando alcançar a maior representatividade e pluralismo partidário representado nas comissões e grupos de trabalho que emanam do regimento do respetivo órgão.



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

O CDS-Partido Popular entende os vários pontos de vista que são apresentados e discutidos ao longo do presente mandato, considerando que cada força política entenderá e defenderá uma representatividade mais abrangente nas comissões e que mais seja adequada aos seus interesses enquanto força política eleita nas eleições autárquicas.

A norma instituída no tempo na AMA no que toca à representação de cada partido político, único membro eleito por partido, ou mesmo por deputado municipal independente, é fruto da decisão conjunta dos vários grupos de trabalho que se foram constituindo e trabalhado nas várias revisões do Regimento da Assembleia Municipal, e em jeito de norma consuetudinária, tem mantido o mesmo método de distribuição de lugares efetivos por cada comissão a cada força política e membros únicos de partido, ou também quando as novas realidades democráticas assim o exigem, no caso de deputados independentes onde lhes é dada o direito de pertencerem a algumas comissões.

O CDS-Partido Popular tem sido sensível e ponderado na sua apreciação que faz do resultado do consenso generalizado que tem sido aplicado ao longos dos últimos mandatos, altura em que as Comissões Permanentes na AMA passaram a ter um carácter mais assíduo e profícuo, tornando-se num verdadeiro instrumento de trabalho e de participação democrática dos deveres e direitos dos deputados municipais eleitos pelo povo almadense.

Ao mesmo tempo, também reconhece o CDS-Partido Popular, que apesar de não estar representado com efetividade em todas as sete Comissões Permanentes da AMA, facto esse que seria o ideal e desejado, na aritmética e contabilização através do método de Hondt, o mesmo encontra uma representatividade positiva na distribuição final dos lugares, estando representado como efetivo em 3 das 7 comissões, com o direito ainda de participação total por via do regimento, das restantes comissões incluindo a comissão permanente de representantes.

Todavia, entende ainda o CDS-Partido Popular, que nada é estático e que adaptações podem ser sempre pensava e implementadas tentando aproximar a realidade a novos cenários, nomeadamente à eleição e representação de novas forças políticas que leve a que toda a aritmética e toda a fórmula de representatividade possa ser revista e alterada a fim de se criarem condições para uma representação mais justa quer do ponto de visto do número de eleitos quer do ponto de vista da pluralidade, pluralidade essa, que deve democraticamente, estar salvaguardada em nome das decisões dos eleitores.

O CDS-Partido Popular baseia a sua posição em inúmeros exemplos de outros regimentos de várias assembleias municipais um pouco por todo o território nacional, onde à similitudes e diferenças comparando com a Assembleia Municipal de Almada.

Há efetivamente, regimentos mais flexíveis com os membros únicos eleitos de um partido onde o mesmo está representado em todas as comissões, regimentos onde esse membro único representante de partido, apesar de não ter direito a efetividade em todas as comissões, tem direito a estar representado como efetivo na comissão permanente que trata de finanças e orçamento municipal, tendo em conta a importância dos assuntos tratados na comissão, e ainda, assembleias municipais, como é o caso de Almada, onde o representante único de partido não tem efetividade em todas as comissões, mas, por força do regimento, é lhe facultada a presença e o direito de participação nas restantes comissões sem direito a voto ou ajudas de custo como é o caso da senha de presença.

Em suma, o entendimento final que o partido faz é que é uma matéria discutível e que não deve estar fechada ao diálogo a fim de se encontrar um máximo ideal possível de maior representatividade e de participação democrática pluralista daqueles que representam o povo.”

6.9.4.2 – O Senhor Deputado Municipal Nuno Alexandre Mendes (CHEGA):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

O Grupo Municipal do Partido CHEGA, representado pelo seu Deputado Municipal Nuno Mendes, vem expressar a sua Declaração de voto de vencido, nos termos prescritos na Lei, o que faz nos seguintes termos e razões que lhe assistem.

Razões invocadas:

O Deputado Municipal, Nuno Mendes, apresentou em 29 de abril do presente ano civil, a Proposta n.º 2022-002-GMPC, com o “Assunto: Proposta de Inscrição do Deputado Municipal na 6.ª Comissão”.

O Deputado Municipal, com base nas provas documentais relativas às práticas desta Assembleia Municipal dos 2 (dois) últimos Mandatos, vem propor a integração do Partido CHEGA em mais uma Comissão, como membro efetivo, com a proposta de integrar 6 (seis) Comissões, em vez das 5 (cinco) atuais.

Nenhuma força política contesta, ou nega, o facto de que no Regimento em vigor, seja possível ao Partido CHEGA a estar em efetividade de funções, em 6 (seis) Comissões, por força do limite máximo de participação, imposto pelo Regimento. Diz o Regimento que sempre que seja possível, deverão estar representadas todas as forças políticas, em todas as Comissões Permanentes.

O que se traz hoje são as evidências obtidas, que demonstram que nos 2 (dois) últimos Mandatos, a Assembleia Municipal permitiu que os Partidos utilizassem este número máximo, com o intuito de garantir a sua presença nas Comissões Permanentes, a fim de defenderem os interesses da população que os elegeu.

Atente-se ao seguinte: aconteceu com o Bloco de Esquerda - BE, com o CDS e com o PAN, tendo sido permitido, e bem, estarem estes na totalidade das Comissões Permanentes, por força do Regimento que o permitia.

Nesses Mandatos, esteve a CDU no Executivo e, posteriormente, o PS. Ambos os Mandatos mantiveram salutarmente a mesma prática.

Neste Mandato, é permitido ao CDS e ao PAN, e bem, estar no limite máximo das Comissões Permanentes, limite este previsto no Regimento em vigor.

Situação e permissão que se saúda e apoia, por força do Regimento.

O Partido CHEGA pretende obter os mesmos Direitos e ser tratado de forma igual, perante situações iguais.

O Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Municipal disse/afirmou que a decisão de não atribuir uma 6.ª Comissão Permanente ao Partido CHEGA, havia sido política, e não com base no Regimento em vigor.

Assim, foi ditado que apenas, e tão-somente, o Partido CHEGA poderia inscrever-se em 5 (cinco) das 7 (sete) Comissões Permanentes existentes, violando o estipulado no Regimento, que permite a este Partido Político estar em exercício de funções em 6 (seis) Comissões.

O Partido CHEGA é o primeiro Partido a ser discriminado e ostracizado, uma vez que não lhe é permitido utilizar o valor máximo previsto no Regimento da Assembleia Municipal.

Passaram apenas alguns dias sobre os festejos do 25 de Abril e assim há que manter os Valores da Liberdade e da Não Discriminação, os Princípios Democráticos e da Representatividade de todas as forças políticas, legitimamente eleitas pelos Cidadãos Portugueses.

Almada é já um território de muitos Cidadãos, que se apregoa como a Terra da Liberdade e da Não Discriminação.

Fantásticas foram as palavras ouvidas, proferidas, pela boca dos Partidos presentes nesta Assembleia Municipal, nas Comemorações do 25 de Abril.

Palavras ocas, sem sentido e sem aplicabilidade prática.

Como disse o Deputado Nuno Mendes, na sua intervenção no passado dia 25 de Abril, a Liberdade não se vê/sente de Cravo ao peito, vê-se/sente-se nas palavras e sobretudo nas ações.

E estas foram/são as ações destes Partidos políticos que falam de Liberdade, de Não Discriminação e da Democracia.

Vejamos: O PS, na pessoa da sua Juventude Socialista, votou contra a presença da Juventude Chega, no Conselho Municipal da Juventude.

Questiona-se: com que Direito? Com que legitimidade o fazem os ditos defensores da Liberdade e da Igualdade de Direitos? Por que razão se ostraciza membros da Sociedade Civil? Não são todos Jovens, com ideias e ideais? Onde está a Liberdade, a Não Discriminação, a Representatividade dos Jovens?

Chamam, estes ditos “defensores da Democracia”, à sua ação, à sua decisão, à sua ditada verbalização, de Liberdade.



MUNICÍPIO DE ALMADA
Assembleia Municipal

Como se constata, os então Defensores da Liberdade, já há muito que esqueceram os Princípios e Valores democráticos de Abril, que foram reforçados e confirmados pelo 25 de novembro de 1975.

A Censura mudou a cor do lápis, de rosto, de pessoas, mas continua a fazer-se sentir nesta Assembleia Municipal, tanto através da sua Mesa, como através da votação expressa dos Partidos supramencionados ao rejeitarem todas as Propostas e Recomendações emitidas pelo CHEGA. É do CHEGA, rejeite-se.

A Lei não existe somente no papel. A Lei existe para ser cumprida e para ser assumida por todos, pois acredita-se que a Lei defende os melhores interesses democráticos e Constitucionais.

Os que votaram contra esta Proposta, sentirão o peso da Justiça, demore o tempo que demorar. A Liberdade perdurará e os Direitos prevalecerão face aos ditames imperativos das forças políticas.

A Lei será cumprida e os prevaricadores serão responsabilizados pelas suas ações.

Da Declaração

Termos em que se declara que o Partido CHEGA é contra toda e qualquer falta de Liberdade e contra a supressão de Direitos e Garantias Constitucionais, assim como é contra a violação grosseira do Regimento.

Mais declara que entende que sempre foi, e está a ser, silenciado, discriminado e injustamente afastado de integrar uma 6.ª Comissão Permanente, que deveria constar nas suas responsabilidades políticas.

Declara ainda que a população saberá de toda esta discriminação e da falta de rigor e cumprimento da Lei vigente em território nacional.”

7. Tendo sido concluída a Ordem de Trabalhos da reunião, sendo cerca das 23H25, deu-se por concluída a Terceira Reunião da Sessão Ordinária de Abril da Assembleia Municipal.

8 - Tendo em consideração a informação sobre os membros da Câmara Municipal em funções, foi verificada a presença na Reunião, da Senhora Presidente da Câmara Municipal Inês de Medeiros, dos Vereadores Senhores/as José Pedro Ribeiro, Filipe Pacheco, Jorge Sintra, Jorge Ferreira, Nuno Matias, José Luís Bucho Matos, Helena Azinheira, Tiago Galveia, Mara Rita Martins e Joana Mortágua.

9 – Foi verificada a presença de cerca de oito munícipes. A sessão foi transmitida em streaming tendo sido objeto de tradução, em língua gestual portuguesa

10 - Por ser verdade se elaborou a presente Minuta de Ata que, depois de lida e aprovada, vai ser assinada pela Mesa.

O PRESIDENTE _____

O 1º SECRETÁRIO _____